

A RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação –, editada pela ANPAE, inaugura, com o presente número, uma nova fase. Sua concepção interna de diagramação e editoração dos textos foram pensados a fim de facilitar a leitura, contribuindo assim com o bom padrão de apresentação que já possuía. Para propiciar ao leitor a mesma identidade, a capa e o design foram mantidos.

Com esta nova apresentação, a RBPAE pretende, com a colaboração da Comissão Editorial, oferecer ao público leitor uma revista mais agradável à leitura, com artigos relevantes sobre Gestão e Políticas da Educação, temática deste número. Ao mesmo tempo inaugura uma Seção Especial com artigos de educadores estrangeiros e de convidados a fim de repartirem conosco suas experiências e contribuições.

Além do Conselho Editorial, agora ampliado, forma-se também a Comissão Editorial formada por anpaeanos, educadores e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, que gentilmente aceitaram colaborar com a revista assessorando a Presidência da ANPAE.

Este número apresenta uma série de artigos de estudiosos das questões da Gestão e das Políticas Educacionais e assim oito artigos brindam os leitores com as experiências vivenciadas pelos mesmos e agora socializadas para todos os interessados.

O primeiro educador e filósofo Neidson Rodrigues, abre a Revista refletindo sobre “As aventuras da razão educativa: a construção do futuro”. A Educação é tratada pelo autor como a ação humana mais importante, universal e indispensável à construção e continuidade da civilização. Ao afirmar que o destino mais marcante do trabalho intelectual é o de colocar em suspeição todas as certezas, o autor nos convida e espera que o trabalho intelectual de cada educador produza dúvidas no lugar em que florescem as crenças. O que significa o ato de educar? Essa é a grande pergunta que o autor investiga e que vale ser refletida por todos os leitores.

A sessão seguinte trata de questões relacionadas à Política e Gestão da Educação. Quatro artigos trabalham o tema, cada um dentro de uma perspectiva própria, mas que ao final dão ao leitor uma nítida idéia da referida problemática. Pela ordem apresentada, Maria de Lourdes Rangel Tura e Maria Inês Marcondes, desenvolvem o tema “Políticas educacionais, concepções pedagógicas e identidades profissionais”. O estudo se circunscreve às análises realizadas a partir de um levantamento de dados a respeito do contexto sócio-cultural de socialização e formação profissional de um grupo de professoras e suas concepções sobre a prática docente e a vida escolar. A pesquisa foi feita em 2001 na cidade do Rio de Janeiro, com professoras, em sua maioria, do Ensino Fundamental.

O segundo artigo, de autoria de Katia Siqueira de Freitas, Robert Girling e Jussira Xavier Pinheiro, tem como tema “Políticas educacionais e a gestão da

escola pública: Cultura, liderança e legislação”. Os autores trabalham de maneira muito rica, contribuindo para o entendimento de que as políticas educacionais têm forçado mudanças na cultura gestora das escolas públicas. A ampliação do papel do gestor aumenta suas responsabilidades, sem contudo melhorar substancialmente suas condições de vida e trabalho. Cria-se assim um paradoxo que merece ser analisado. O artigo também avalia como a nova cultura em implantação responsabiliza o gestor escolar e sua equipe pelos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e legislativos, captação de recursos e marketing do sucesso escolar, ao tempo que permanecem sob as orientações do sistema de ensino e o controle das avaliações externas.

O terceiro texto, de autoria de Lindamir Cardoso Vieira Oliveira, resultado de pesquisa referente às formas de provimento do cargo de diretor nas escolas brasileiras, trata de “Práticas clientelísticas e gestão democrática na instituição escolar: a difícil travessia”. As práticas clientelísticas, a eleição de diretores, a cultura da escola, a omissão do Estado no seu papel social junto à educação e as inúmeras conseqüências que advêm destas questões. O artigo contribui para a reflexão sobre os conceitos envolvidos na gestão democrática e analisa os efeitos da política cultural pós-anos 90 e a cultura da organização escolar, considerando as mudanças de paradigma da administração pública brasileira.

O artigo de Clóvis Roberto dos Santos reflete a experiência que os muitos anos trouxeram para o autor. São apresentados ao leitor os resultados de uma pesquisa realizada em escolas estaduais no ano 2000, fazendo uma análise crítica da formação e da atuação do diretor de escola na rede pública estadual de São Paulo, e da triste situação em que estas se encontram.

A seguir temos a seção “Identidade e Avaliação do Ensino Superior”, que traz dois artigos. Antônio Elísio Pazeto, escreve sobre o “Projeto e identidade: desafios da universidade brasileira”, na perspectiva da análise dos fatores que geraram a concepção vigente de universidade no Brasil. O estudo leva em conta fatores do modelo vigente e da crise por que vem passando a universidade brasileira, as demandas crescentes por novos espaços de cidadania, aliadas à globalização das relações. Analisa, também, o caminho percorrido pela universidade, e o descompasso entre ela e a sociedade.

O texto de Helena Ibiapina Lima faz uma reflexão sobre o Exame Nacional de Cursos (Provão), traçando-lhe o perfil, seus objetivos, sua metodologia, seu contexto, etc. Ela contrapõe o Provão em relação à realidade educacional do povo brasileiro, que em sua maioria desconhece o que é um curso de graduação.

Na seção Novas Tecnologias em Educação, encontramos uma contribuição que vem da Argentina. A pesquisadora Silvia Novick de Senen Gonzalez faz um resgate da política de acesso à internet do Governo Argentino do período de 1999 a 2001. Cita o governo de Carlos Menem e de Fernando De la Rúa, o período de

transição e as mudanças ocorridas com propósito eleitorais para o exercício do poder. O discurso da igualdade de acesso permitiu que as escolas na Argentina passassem a ter muitos computadores. O artigo traz uma análise minuciosa sobre todo esse processo, inclusive críticas a respeito.

Para finalizar, a RBP AE traz na Sessão Especial o documento elaborado por Vicente de Paulo Carvalho Madeira, que trata da “ANPAE que queremos: do Estatuto ao Regulamento Geral e sua reforma”. Trabalho dividido em duas partes, o autor busca registrar a ANPAE, no sentido da organização de seu Estatuto e do seu Regulamento Geral. Na RBP AE do segundo semestre de 2002, publicaremos a segunda parte deste relato, que em muito contribui para a memória da ANPAE.

Desejo que os textos sejam de agradável leitura e que possam incentivá-los à reflexão e quem sabe à contribuição para futuras publicações da RBP AE.

Rinalva Cassiano Silva
Editora